SUMÁRIO

OBSERVAÇÃO 5

1. DA RESPONSABILIDADE CIVIL

1.1 A culpa 15
1.2 Formas de culpa 17
1.3 Culpa e ato ilícito 18
1.4 Classificação da culpa 19
a) Culpa *in eligendo* 19
b) Culpa *in vigilando* 19
c) Culpa *in comitendo* 19
d) Culpa *in omitendo* 20
e) Culpa *in custodiendo* 20
f) Culpa grave ou lata, leve e levíssima 20
g) Culpa contratual e extracontratual 20
1.5 Culpa, ato ilícito e responsabilidade 21
1.6 Aplicação da responsabilidade objetiva e subjetiva 23
1.7 Responsabilidade e imputabilidade 26

2. O DANO

2.1 Conceito. Aspectos gerais 28
2.2 O dano e a tutela da ordem jurídica 30
2.3 Dano patrimonial 30
2.4 Dano moral 32
2.5 Dano contratual e extracontratual 39
2.6 Dano indireto 40

3. A REPARAÇÃO

3.1 Conceito e espécies 46
3.2 Causas da reparação 47

3.3 Reparação por perdas e danos 49
3.4 Liberdade na escolha da forma de reparação 51
3.5 Reparação e intensidade da culpa 53

4. CONCAUSA E RESPONSABILIDADE NA REPARAÇÃO

4.1 Concausa ou causa superveniente 56
4.2 Concorrência de culpas e causalidade 59

5. DA ABSOLVIÇÃO CRIMINAL E DOS ESTADOS EXCLUDENTES DE CRIMINALIDADE

5.1 Absolvição criminal e responsabilidade civil 63
5.2 A sentença criminal e a coisa julgada no cível 66
5.3 O estado de necessidade 66
5.4 Legítima defesa 69
5.5 Exercício regular de um direito 71
5.6 O estrito cumprimento do dever legal 73

6. A RESPONSABILIDADE DO PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO PELO ACIDENTE PROVOCADO POR TERCEIRO

6.1 Responsabilidade do proprietário e do terceiro que provocou o acidente 75
6.2 Razões que impõem a responsabilidade do proprietário 76
6.3 Responsabilidade do proprietário e ausência de culpa no fato da entrega do veículo ao causador direto 77
6.4 Responsabilidade e venda do veículo não transcrita no Registro de Títulos e Documentos 79
6.5 Responsabilização do denunciado para indenizar a vítima 83

7. CASO FORTUITO E FORÇA MAIOR

7.1 Características e requisitos 88
7.2 Caso fortuito, ou força maior e conduta culposa 89
7.3 Inevitabilidade do fato e impossibilidade da obrigação 90
7.4 Caso fortuito ou força maior nos acidentes de trânsito 93
7.4.1 Furto ou desapossamento violento de veículos 94
7.4.2 Fato de terceiro e causa estranha 94
7.4.3 Defeito mecânico 95

7.4.4 Estouro de pneu 96
7.4.5 A derrapagem 97
7.4.6 Ofuscamento 98
7.4.7 Pedra lançada pelas rodas do veículo 99
7.4.8 Acidentes provocados por mal súbito de quem dirige 99
7.4.9 Acidentes provocados por animais espantados por veículos 99
7.4.10 Acidentes provocados por fatos naturais 100

8. RESPONSABILIDADE E FATO DE TERCEIRO

8.1 Responsabilidade do causador direto 101
8.2 A ação regressiva contra o terceiro 102
8.3 Ação direta contra o terceiro 104
8.4 Fato de terceiro e causa estranha 106
8.5 Responsabilidade e participação em uma conduta perigosa 107
8.6 Dispensa da denunciação na responsabilidade objetiva 110

9. NATUREZA DA OBRIGAÇÃO DE INDENIZAR

9.1 Alimentos ou indenização 111
9.2 Natureza da indenização e prescrição 114
9.3 Cumulação da indenização com benefícios previdenciários. Seguro obrigatório 115

10. PRESUNÇÃO DA CULPA E RESPONSABILIDADE

10.1 Guarda e responsabilidade no furto ou roubo de veículo 121
10.2 Responsabilidade e acidentes provocados por oficinas, postos de lavagem, garagens e outros estabelecimentos do gênero 123
10.3 Presunção em favor da vítima e responsabilidade 128
10.4 A presunção nos acidentes provocados por animais 131
10.5 Indenização por furto de veículos em estacionamento gratuito 140

11. CONTRATO DE TRANSPORTE E RESPONSABILIDADE

11.1 Transporte oneroso 146
11.2 A culpa da vítima no transporte oneroso 148
11.3 O transporte gratuito 150

12. A REPARAÇÃO POR DANOS FÍSICOS

12.1 Indenização das despesas e da incapacidade 154
12.2 Redução da capacidade laborativa 155
12.3 Reparação nos casos em que o ofendido era incapaz de exercer atividade laborativa antes do acidente 156
12.4 Reparação e percepção de benefícios previdenciários 157

13. A REPARAÇÃO PELO DANO ESTÉTICO

13.1 Aparência física e significação econômica 161
13.2 Dano estético e prejuízos na atividade exercida 162
13.3 Indenização por dano estético e dano moral 163

14. A REPARAÇÃO POR MORTE

14.1 Despesas de luto e funerais 169
14.2 A indenização na forma de pensão alimentícia 171
14.3 Indenização por dano patrimonial e por dano moral 175
14.4 Abrangência da indenização por dano moral no seguro facultativo 179
14.5 O *quantum* da indenização por dano moral 180
14.6 Indenização pela morte do nascituro 184

15. CONSTITUIÇÃO DE CAPITAL PARA GARANTIA DA OBRIGAÇÃO

15.1 Constituição de capital para atender obrigação alimentar decorrente de ato ilícito 188
15.2 Formas de constituição do capital 189
15.3 Substituição da constituição de capital por caução fidejussória 193
15.4 Modificação nas condições econômicas 195

16. A REPARAÇÃO DE DANOS MATERIAIS

16.1 A estimativa dos danos materiais através de orçamentos 197
16.2 Estimativa e incidência dos lucros cessantes 201
16.3 A reparação específica, ou mediante a entrega de outro veículo 203
16.4 Apuração dos danos em liquidação de sentença 205

17. DO SEGURO OBRIGATÓRIO

17.1 Resenha legislativa 210
17.2 Natureza jurídica 212
17.3 Culpa e teoria do risco 213
17.4 Comportamento doloso da vítima 216
17.5 Valor da indenização 217
17.6 Titularidade para o recebimento do seguro 221
a) O segurado e seus dependentes. O motorista 221
b) Os beneficiários da vítima 224
c) O companheiro ou a companheira 226
d) Pretensão em favor do nascituro 229
17.7 Legitimidade passiva 230
17.8 Sub-rogação da seguradora 233
17.9 Documentos exigidos para a habilitação. Conseqüências da mora na liquidação 234

18. LEGITIMIDADE PARA PEDIR A REPARAÇÃO

18.1 Os parentes da vítima e os dependentes econômicos 239
18.2 Legitimidade da concubina para requerer a indenização 242
18.3 Transmissão hereditária do direito de reparação do dano 245

19. OS JUROS

19.1 Termo inicial dos juros 249
19.2 Juros compostos 251

20. ACIDENTES DE TRÂNSITO E RESPONSABILIDADE CIVIL NO ARRENDAMENTO MERCANTIL

20.1 Terminologia 258
20.2 Conceito 260
20.3 Relações obrigacionais que compõem o arrendamento mercantil 262
20.3.1 Promessa sinalagmática de locação 262
20.3.2 Relação de mandato especial 263
20.3.3 Locação da coisa 265
20.3.4 Compromisso unilateral de venda 265
20.3.5 Possibilidade de compra e venda 266

20.4 As formas de arrendamento mercantil 267
20.4.1 O *leasing* operacional 267
20.4.2 O arrendamento mercantil financeiro 268
20.4.3 Arrendamento mercantil contratado com o próprio vendedor 269
20.4.4 Arrendamento mercantil contratado com empresas integrantes do mesmo grupo financeiro 271
20.5 Elementos componentes do contrato de arrendamento mercantil 272
20.5.1 A locação 273
20.5.2 O financiamento 273
20.5.3 Opção de compra 274
20.6 Partes integrantes do contrato de arrendamento mercantil 275
20.6.1 Empresa de arrendamento mercantil 275
20.6.1.1 Pessoa jurídica com forma de sociedade anônima 275
20.6.1.2 Vinculação da entidade arrendante às instituições bancárias e participação no Sistema Financeiro Nacional 276
20.6.2 Arrendatário 277
20.6.3 Empresa fornecedora 279
20.7 Arrendamento mercantil de veículos 280
20.8 Responsabilidade da empresa arrendante por ato lesivo do arrendatário 281
20.9 Responsabilidade da sociedade arrendante por fato de terceiro sem culpa do arrendatário 286

21. SITUAÇÕES CARACTERIZADORAS DA CULPA

21.1 Abalroamentos sucessivos 289
21.2 Ação direta do lesado contra o Estado e o preposto causador do dano 291
21.3 Acidentes em faixas de segurança para pedestres 292
21.4 Acidentes por defeitos na pista 293
21.5 Acidente provocado em oficina mecânica à qual foi confiado o carro 295
21.6 Ampla visibilidade do motorista em cruzamentos não sinalizados 296

21.7 Atropelamento de pedestres em vias urbanas de grande movimentação 296
21.8 Colisão por trás 299
21.9 Convergência à esquerda sobre a pista 300
21.10 Conversão à esquerda em pista com sinal do semáforo aberto .. 301
21.11 Culpa do causador do acidente na ação de regresso do Estado .. 302
21.12 Culpa e conduta 303
21.13 Dano causado por veículo projetado por outro veículo 304
21.14 Dano em veículo estacionado irregularmente 305
21.15 Defeito mecânico e responsabilidade do condutor 306
21.16 Derrapagem 308
21.17 Estacionamento com porta aberta 309
21.18 Estouro de pneu e quebra da barra da direção 310
21.19 Excesso de velocidade por ambulâncias e viaturas 312
21.20 Falta de conservação das estradas. Responsabilidade do Poder Público 314
21.21 Guarda do veículo em estacionamento 315
21.22 Imprudência de pedestres 319
21.23 Indenização por dano moral decorrente de dano estético 320
21.24 Ingresso à esquerda 321
21.25 Ingresso em via preferencial 323
21.26 Ingresso na contramão da pista 325
21.27 Limite do valor da indenização ao bem danificado 325
21.28 Manobra de marcha a ré 326
21.29 Manobras de risco 328
21.30 Não compensação da indenização civil pelos benefícios previdenciários 330
21.31 Obstrução da pista por veículo com defeito 331
21.32 Ofuscamento 333
21.33 Pedestre que surge abruptamente na pista 334
21.34 Preferência em cruzamento não sinalizado 336
21.35 Responsabilidade nos acidentes ocorridos no interior de estacionamento 339
21.36 Responsabilidade objetiva nos contratos de transporte 340
21.37 Saída da calçada 341

21.38 Saída do acostamento 341
21.39 Semáforo com defeito ou não funcionando 342
21.40 Semáforo com luz amarela 343
21.41 Semáforo no amarelo, com pisca alerta intermitente 345
21.42 Subtração de veículo mediante violência e responsabilidade civil de quem exerce a guarda 346
21.43 Sucessão na indenização por dano moral 347
21.44 Transporte de pessoas em carroceria de veículo de carga 348
21.45 Ultrapassagem 349
21.46 Ultrapassagem pela direita 351
21.47 Valor da indenização no seguro facultativo de veículo 351

22. RESPONSABILIDADE CIVIL E ACIDENTES DE TRÂNSITO OCORRIDOS EM PAÍSES DO MERCOSUL

22.1 O Protocolo de San Luis 353
22.2 Força obrigatória dos tratados e convenções internacionais 355
22.3 A lei aplicável nos acidentes de trânsito ocorridos nos países que integram o Mercosul 356
22.4 Domicílio e competência para a ação de responsabilidade civil 357
22.5 Elementos observados na aplicação da responsabilidade 359
22.6 Restituição dos veículos acidentados 360

BIBLIOGRAFIA 361